

“Autonomia e Financiamento Universitário”



Prof. Rodrigo Azevedo dos Reis
Diretoria 2017/2019 da Asduerj

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Constituição Federal assegura a Autonomia das Universidades

*Art. 207. As universidades gozam de **autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial**, e obedecerão ao princípio de **indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**.*

“.. é preciso ensinar os alunos a pensar, e é impossível aprender a pensar num regime autoritário. Pensar é procurar por si próprio, é criticar livremente e é demonstrar de forma autônoma. O pensamento supõe então o jogo livre das funções intelectuais e não o trabalho sob pressão e a repetição verbal.” (PIAGET)

A Autonomia universitária tem o compromisso de desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania, e sua qualificação profissional (Weber)

Estrutura da Apresentação

- Introdução: *Processo histórico de desfinanciamento, sucateamento e perda de autonomia;*
- O que é Autonomia Universitária e como vem sendo atacada?
- Como está organizado o Orçamento de uma IES?
- Alguns modelos de Financiamento;
- Considerações Finais;

INTRODUÇÃO

Em todo país, o ensino superior público vem sendo atacado pelos governos federal, estaduais e municipais e por várias reitorias.

(Carta ao Rio de Janeiro da ABRUEM, 2017)

Processo histórico de desfinanciamento, sucateamento e perda de autonomia

Pessoal

- Desrespeito à data base e suspensão de reajustes inflacionários e reposição de perdas salariais;
- Desrespeito às vacâncias em atividades meio;
- Reajuste linear x Planos de carreira. A extinção de carreiras meio;
- Terceirização das atividades meio;
- Congelamento das progressões e promoções, restrição de concursos e ataque a DE;
- Reforma Trabalhista e a terceirização plena.

Estrutura e Manutenção

- Cortes sistemáticos de verbas de infra-estrutura (contrariando os PPAs), precarizando as condições de trabalho, encarecendo a manutenção e comprometendo a qualidade;
- Precarização dos contratos: funcionários insuficientes e mal remunerados para a atividade contratada;
- Cortes crescentes nos recursos de manutenção e finalísticas (residência e bolsas);
- Perda da autonomia financeira, asfixia e inviabilização da gestão;
- Colocando em risco a própria atividade.

Justificando a Privatização ou Fechamento

Nosso Papel nesta Conjuntura

A desinformação representa um vácuo que suga para os corações o Medo e o Fatalismo.

Toda Crise se implanta por esta arma, mas toda Reação tem início combatendo-a.

A comunidade Universitária tem papel fundamental na Resistência, cuja principal tarefa é ocupar este vácuo com informações qualificadas de forma didática.

O que é Autonomia Universitária?

Princípio Constitucional

Autonomia didático-científica: Deriva do reconhecimento da sua capacidade de conferir graus e diplomas.

- **Autonomia científica** consiste na liberdade de conhecimento e de estabelecer qual saber é importante e qual problema pesquisar;
- **Autonomia didática** consiste na liberdade de ensinar e aprender e está baseada no reconhecimento da competência da universidade para definir qual o conhecimento é importante e como deve ser transmitido.
 - Seleção de Estudantes, organização de estudos, estrutura interna, organização em função dos campos de conhecimento, avaliar o aluno e outorgar títulos e etc.

Limite: Relações universidade e sociedade. Seu limite está no âmbito social e intelectual e em que a sociedade tem interesse na produção do saber.

Desafio: Resistir às pressões do sistema Capitalista e NÃO ser apenas um produto. Garantir suas características intrínsecas de produção de saber universal.

Ataques à Autonomia Universitária

Asfixia



Efeitos dos cortes para pesquisas só deve aparecer daqui a alguns anos

REINALDO JOSÉ LOPES
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Ataques à Autonomia Universitária

Ataques Indiretos



VOCÊ DESENVOLVE
TECNOLOGIAS
PARA TORNAR O MUNDO
MAIS CONECTADO?
INSCREVA SEU PROJETO AQUI

Edital fomenta projetos de Inovação em Engenharia

A FAPERJ anunciou nesta quinta-feira (31/8) o lançamento do edital de fomento a projetos de Inovação em Engenharia. Buscando fortalecer a interação entre Institutos de Ciência e Tecnologia e o setor produtivo, o edital prevê a criação de bolsas de iniciação tecnológica e de inovação em engenharia.

Sai o resultado das bolsas de Iniciação Tecnológica e de Inovação Tecnológica 2017.1

A Fundação divulga o resultado de dois de seus programas de fluxo contínuo: a bolsa de Iniciação Tecnológica 2017.1, que teve nove aprovados, e a bolsa de Inovação Tecnológica 2017.1, que contemplou oito propostas. Confira a listagem completa de cada um dos programas. [Mais>>>](#)

Resultado do Edital Start-up Rio 2017

Nesta quinta-feira, 27 de julho, a relação final das propostas submetidas ao Programa Start-up Rio 2017. Foram aprovados 38 projetos. Outras seis propostas foram indicadas na repescagem do programa. Ao todo, 44 responsáveis por projetos aprovados estão indicados a participar do Pafe. [Mais>>>](#)

Ataques à Autonomia Universitária

Ataque Direto

Câmara dos Deputados - Projeto de lei 867/2015
Deputado Izalci Lucas, do PSDB/DF

Senado Federal - Projeto de lei 193/2016
Senador e Pastor Magno Malta, do PR/ES

“Programa Escola Sem Partido.”

Pretende regular:

- o que o professor ensina em sala de aula;
- a composição de livros didáticos;
- as avaliações para o ingresso no ensino superior

- Lista “deveres do professor”, tal como: “O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”;
- Sugere estratégias de controle tal como: “[...] se [você] observa que [os professores] estão engajados na execução de um projeto de engenharia social, que supõe a implementação de uma nova escala de valores, envie-nos uma mensagem relatando sua experiência (acompanhada, se possível, de elementos que possam comprová-la).”
- “Ideologia de Gênero”: demonizado pelo conservadorismo do Escola Sem Partido, vislumbra carregar de preconceito e de negatividade uma questão histórica, social e política.

AMBOS
incluem, entre as
diretrizes e bases da
educação nacional, o
chamado



Valores tradicionais é “conservadorismo político”, não tem nada de “Sem Partido”.

“Programa Escola Sem Partido.”

As implicações do Escola Sem Partido são nefastas para a formação humana, pois estão alicerçadas em ideias neoliberais e neoconservadoras de sociedade e de educação, cerceiam a possibilidade de emancipação e de diálogo, operam na negação da educação e da escolaridade pensadas para uma sociedade plural.



“A judicialização da educação seria, nesse contexto, elemento que se soma a vários outros que compõem um cenário de intolerância da diferença e de “ódio à democracia”. (Merilin Baldan)

Este Programa ataca diretamente a Autonomia Didático-Científica, criminalizando a atividade docente e tornando-a um PESADELO.

O que é Autonomia Universitária?

Princípio Constitucional

Autonomia administrativa: É a liberdade de se organizar internamente, liberdade de seleção de docentes e funcionários e estabelecer carreiras de acordo com as competências específicas que o trabalho exige e com o reconhecimento da capacidade intelectual.

- **Compreende**: Estabelecer a política geral da Universidade, escolher seus dirigentes, contratar servidores, implantar carreira própria, fixar acordos, contratos, convênios e convenções e criar cargos e funções; etc.

Limite: Legislação que rege os Serviços Públicos.

Desafio: Burocracia excessiva, descontrole sobre a execução e qualidade das atividades de suporte.

Ataques à Autonomia Universitária

Após o “Decreto de Calamidade Financeira do RJ” todos os chamados “Eventos Cargo” que tenham impacto na folha de pagamento estão suspensos.

Por um ofício da Secretaria de Fazenda (SEFAZ/SGAB nº 553/2017), a Uerj ficou impedida de garantir seu direito constitucional de promover qualquer modificação nos cargos dos servidores, em especial:

- promoções, progressões funcionais, enquadramentos;
- inserções de cargos comissionados, funções gratificadas;
- inclusão dos novos servidores aprovados em concurso público;
- inclusão de triênios e Regime de Dedicção Exclusiva; etc.

A Uerj impetrou um Mandado de Segurança

PARECER DO MPRJ

“É direito líquido e certo sempre que esse tenha sido violado, ou esteja na iminência de sê-lo, com prática ilegal ou abuso de poder.”

“Verifica-se que o ato administrativo, ora sub judice, mostra-se ilegal, por violar a Constituição Federal, bem como a Constituição Estadual.”

Universidades em Luto

Reitor da UFSC Luiz Carlos Cancellier



“Não adotamos qualquer atitude para abafar ou obstruir a apuração da denúncia. Agimos, isso sim, como gestores responsáveis, sempre acompanhados pela Procuradoria da UFSC. Mantivemos, com frequência, contatos com representantes da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União. Estávamos no caminho certo, com orientação jurídica e administrativa. O reitor não toma nenhuma decisão de maneira isolada. Tudo é colegiado, ou seja, tem a participação de outros organismos.”

O que é Autonomia Universitária?

Princípio Constitucional

Autonomia de gestão financeira e patrimonial: É a liberdade para definir suas próprias prioridades a partir dos aportes oriundos do Fundo Público pactuados na “Lei Orçamentária Anual” (LOA) e aqueles gerados por fontes próprias.

- **Compreende**: Elaboração e execução orçamentária; constituição de patrimônio próprio e liberdade para captar recursos de diferentes fontes e etc.

Limite: Necessidade de fiscalização do Estado, direito da sociedade em exigir o desempenho eficiente de suas funções.

Desafio: Ter assegurado o repasse de recursos para a sua manutenção sem provocar uma permanente interferência do Governo e sem permitir a sua utilização como instrumento de coerção ideológica.

Como está organizado o orçamento?

Quais são e como estão divididas as Rubricas mais importantes?

Com recursos arrecadados pelo Tesouro do Estado (100 – Tesouro e 122-Adicional de ICMS) os limites impostos foram os seguintes:

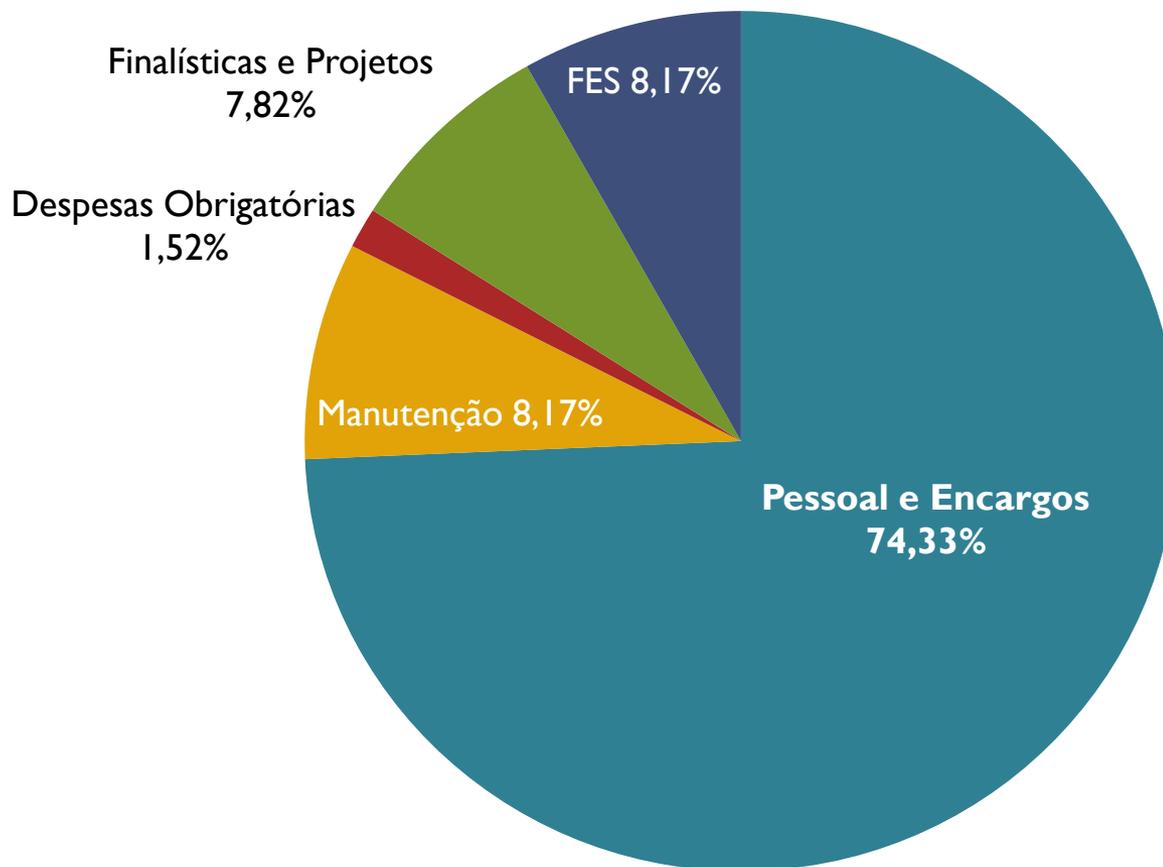
GG	IDENTIFICAÇÃO	Limite 2018	Projeção de desp para 2018	Diferença
L1	Pessoal e Encargos	820.455.840,00	908.378.869,00	-87.923.029,00
L2	Manutenção	90.152.590,00	90.152.590,00	0,00
L3	Despesas Obrigatórias	sem limites	16.768.500,00	
L4	Finalísticas		86.325.000,00	0,00
L5	Projetos	86.325.000,00		
L5	Projetos/investimento		350.877.640,00	-347.458.318,00
L4	FES (1)	90.146.985,00	99.000.000,00	-8.853.015,00
	TOTAL	1.087.080.415,00	1.551.502.599,00	-444.234.362,00

Limites impostos pela Secretaria de Planejamento baseando-se no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Projeção feita pela Divisão de Planejamento da Universidade.

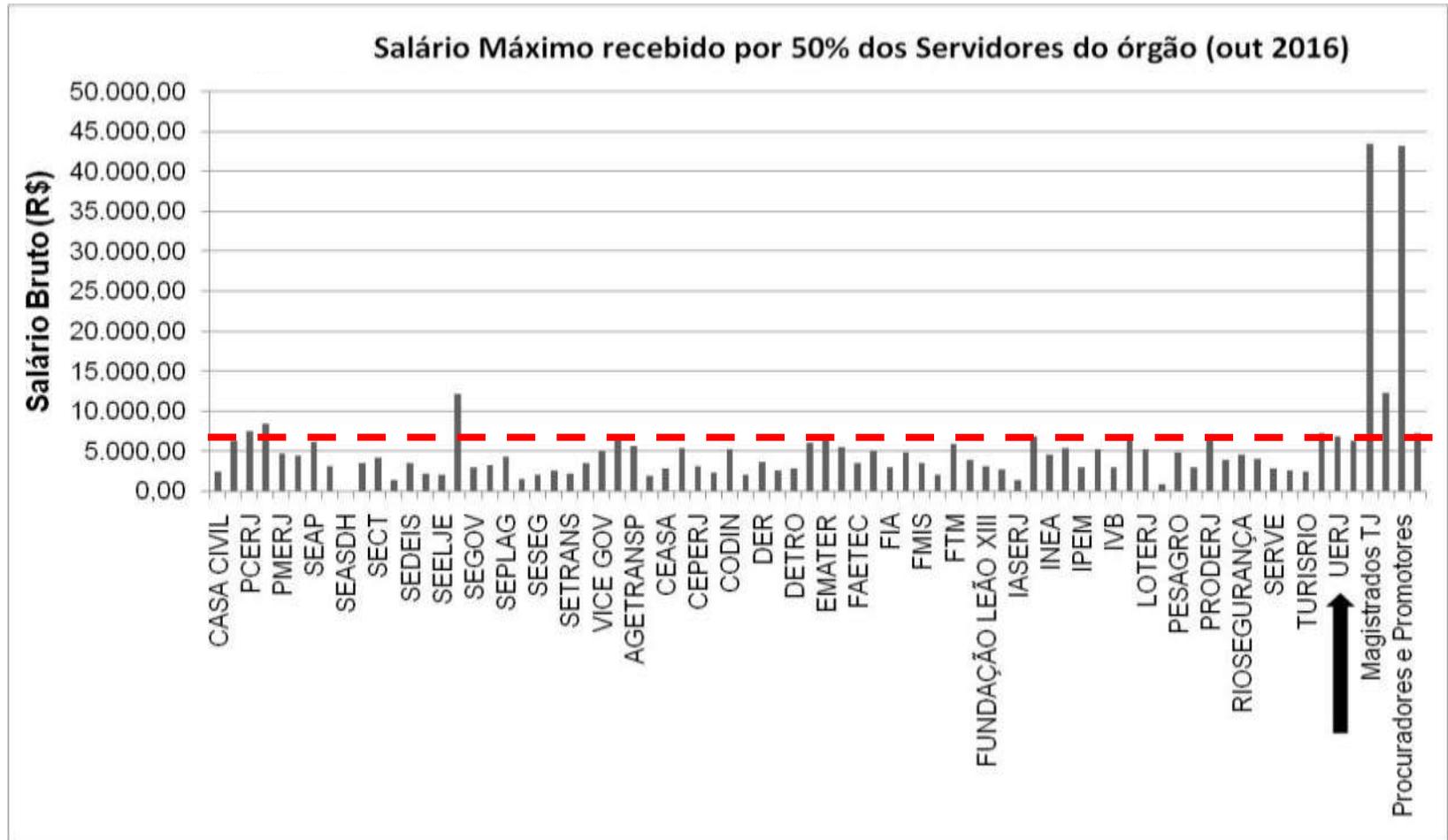
Curiosidade: O PPA do Rio previa R\$ 966.968.246,00 em Pessoa e Encargos para 2018

Como está organizado o orçamento?



- Finalísticas: Residência, Bolsas e Auxílios ao estudante
- Despesas Obrigatórias: INSS, PIS/PASEP, ISS e Sentenças Judiciais

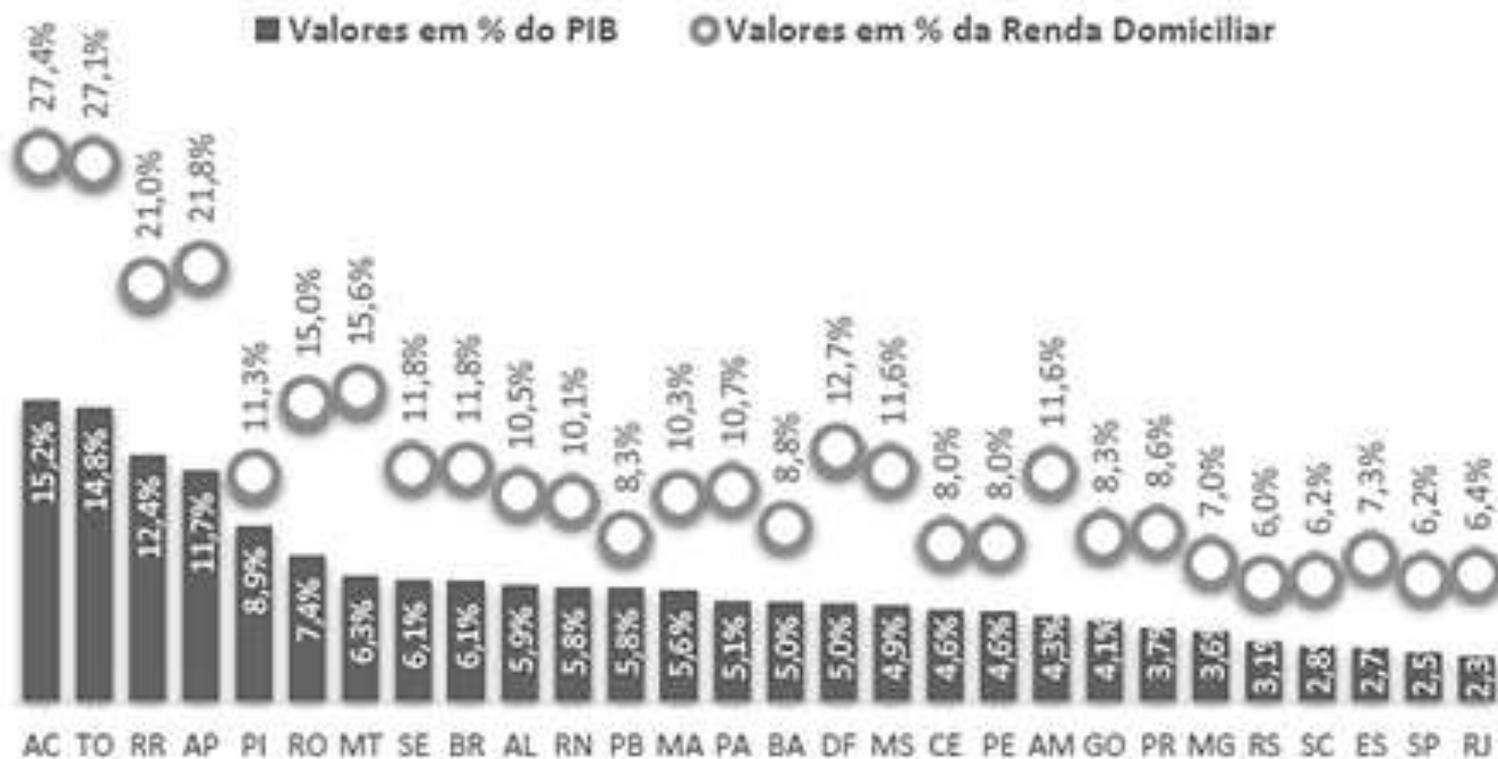
Distribuição de Salários da Máquina Pública Carioca



O Rio gasta muito com Pessoal?

Despesa com Pessoal Ativo – Poder Executivo

Valores em % do PIB e em % da Renda Domiciliar



Fonte: Afonso e Pinto, 2016

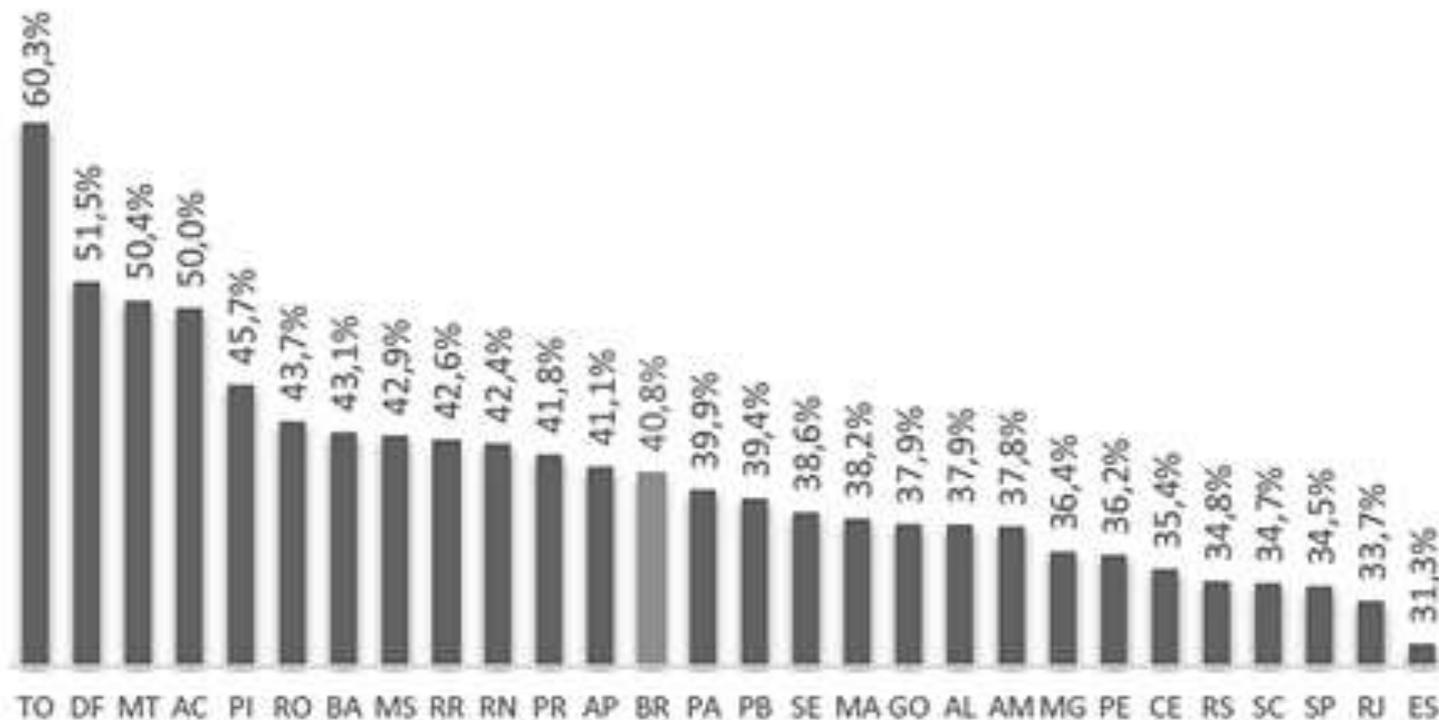
Citado por Bruno Leonardo Barth Sobral, 2016.

<http://brasildebate.com.br/crise-financeira-no-rio-de-janeiro-como-enfrenta-la-com-visao-de-desenvolvimento/>

O Rio gasta muito com Pessoal?

Despesa com Pessoal Ativo – Poder Executivo

Valores em % da RCL (Receita Corrente Líquida)



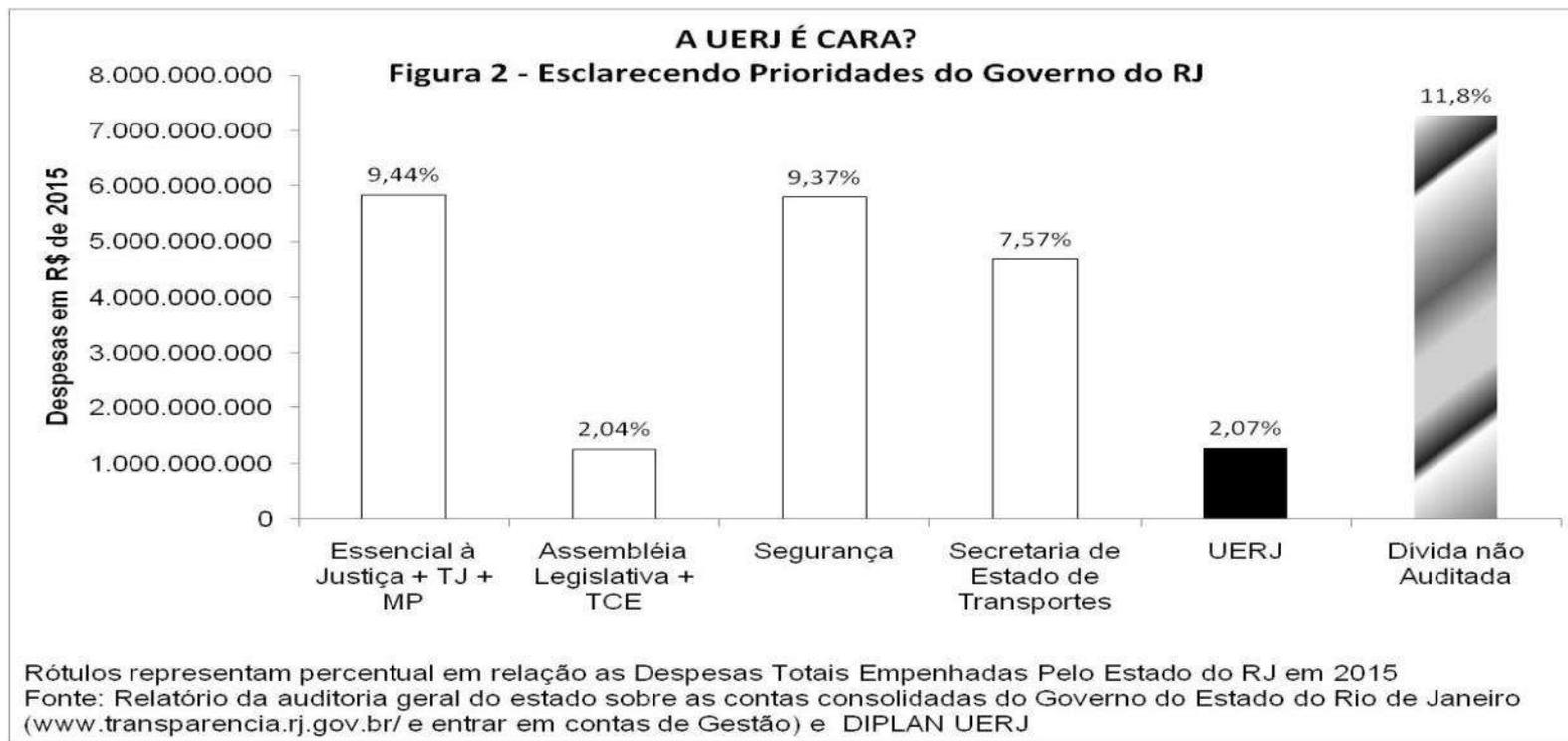
Fonte: Afonso e Pinto, 2016

Citado por Bruno Leonardo Barth Sobral, 2016.

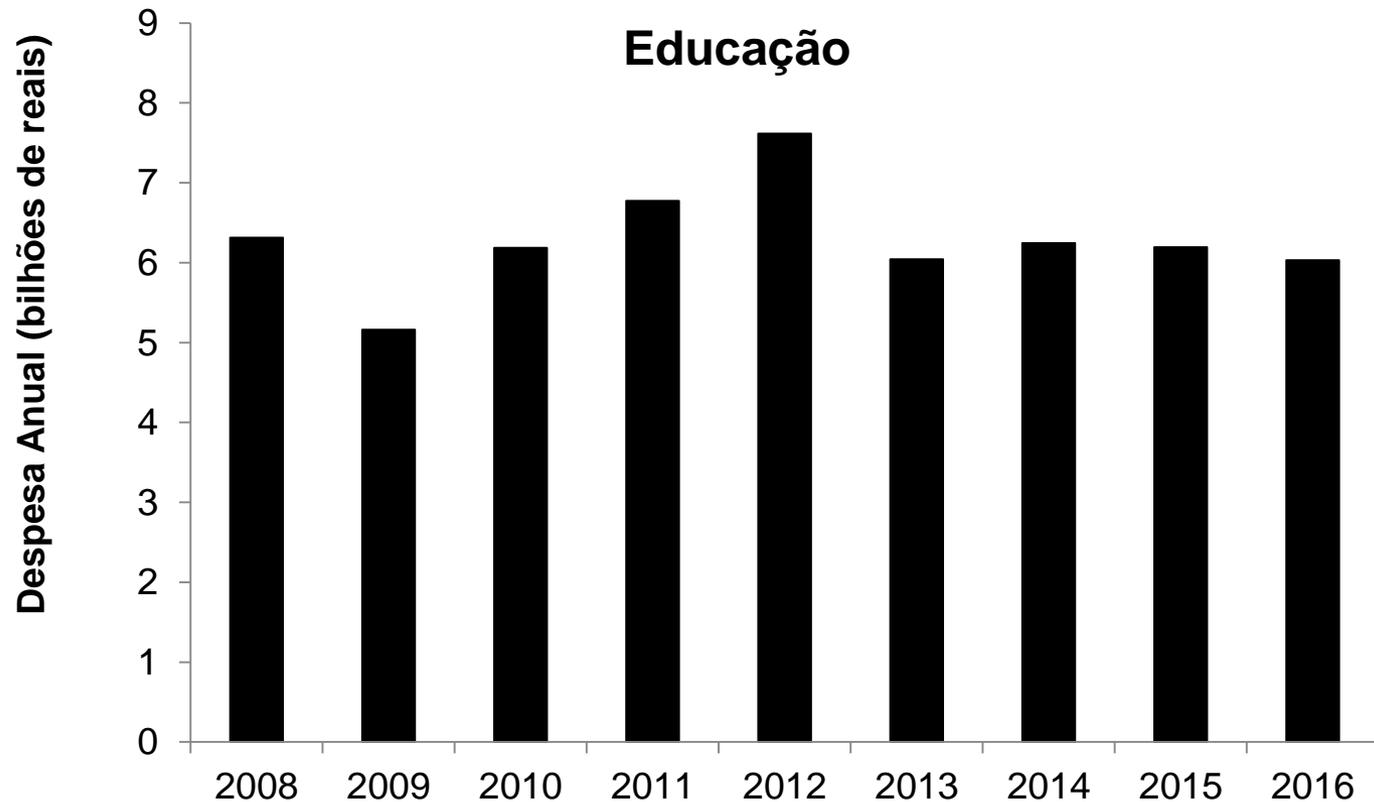
<http://brasildebate.com.br/crise-financeira-no-rio-de-janeiro-como-enfrenta-la-com-visao-de-desenvolvimento/>

O que é feito com os recursos?

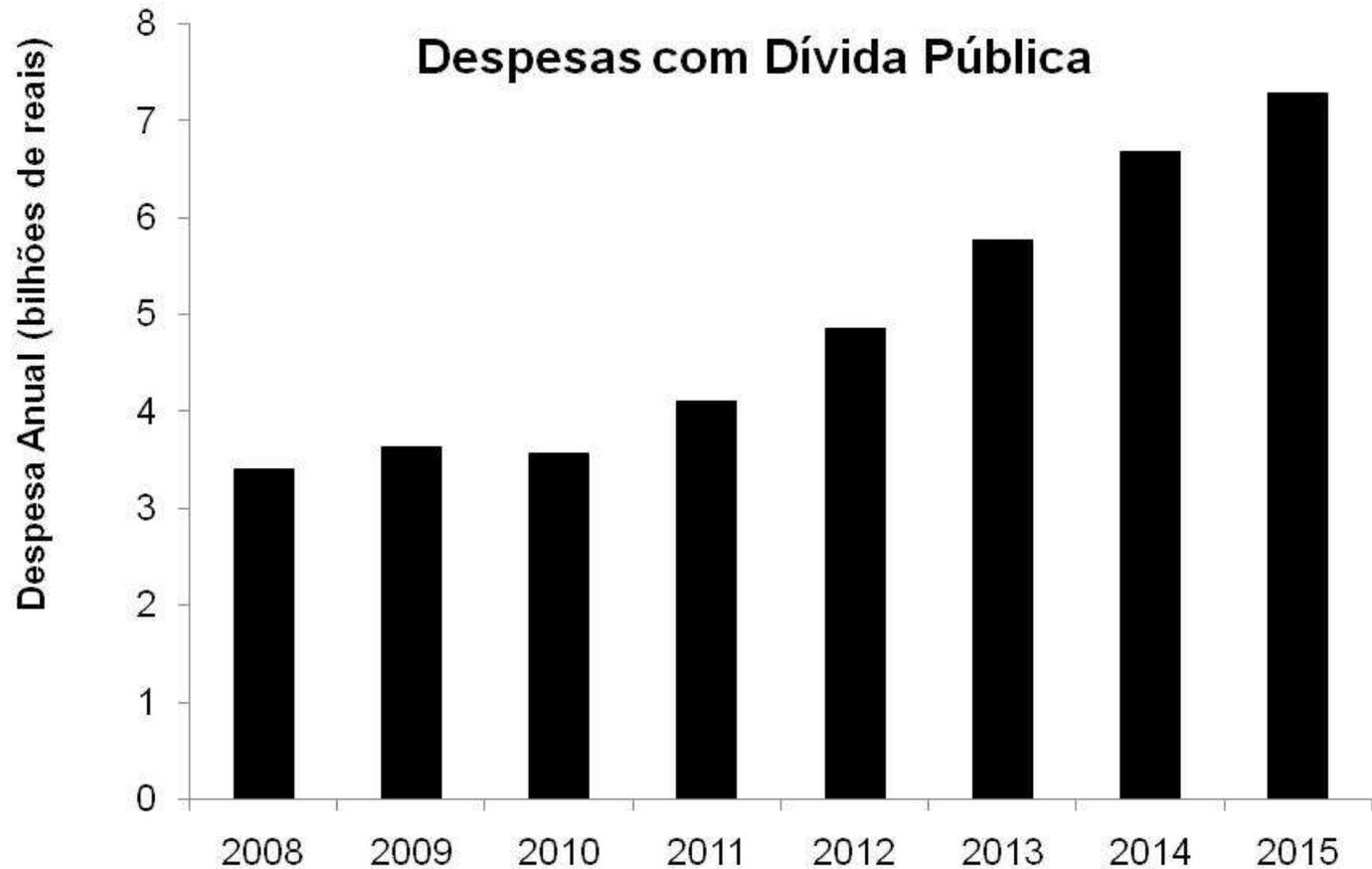
Cabe destacar que o endividamento do Rio, grande vilão da atual CRISE DO RIO, não representou melhores serviços para a população ou maior eficiência do judiciário fluminense, mas sim uma sangria de recursos por corrupção e benefícios para setores que deveriam fiscalizar, combater e proteger nossos interesses e o bem-estar social, mas que se mantém omissos ou cúmplices.



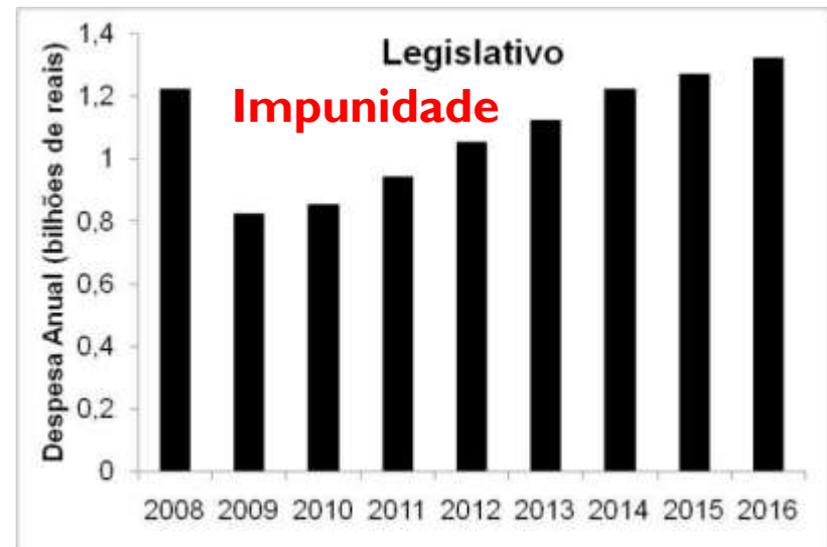
Consequências da Financeirização das Decisões de Estado



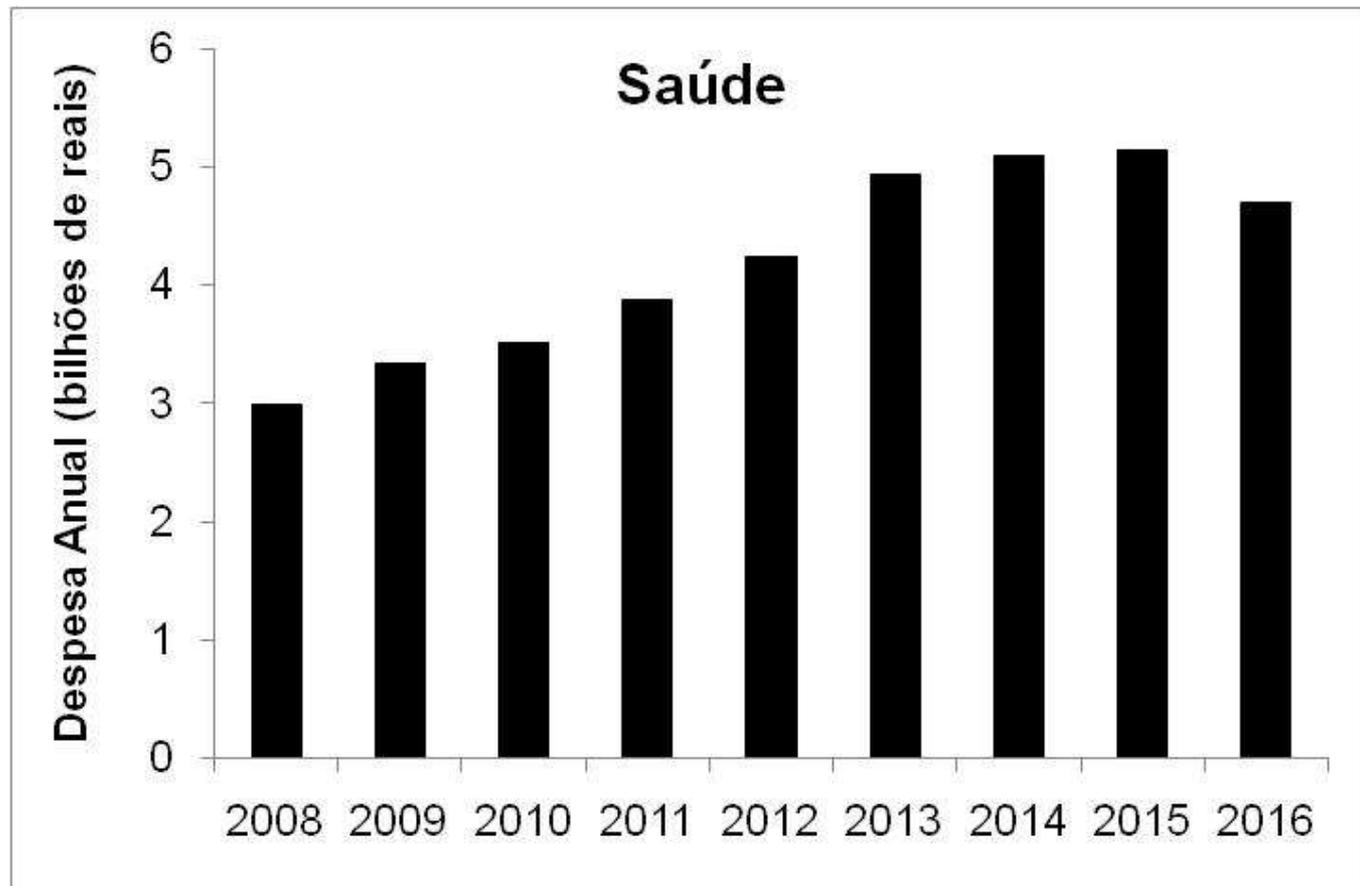
Consequências da Financeirização das Decisões de Estado



Consequências da Financeirização das Decisões de Estado



Consequências da Financeirização das Decisões de Estado



É uma falácia dizer que o Sistema em OS barateia o Serviço Público

É caro e não apresenta Transparência

Centralização no Caixa Único do Estado (Caso RJ)

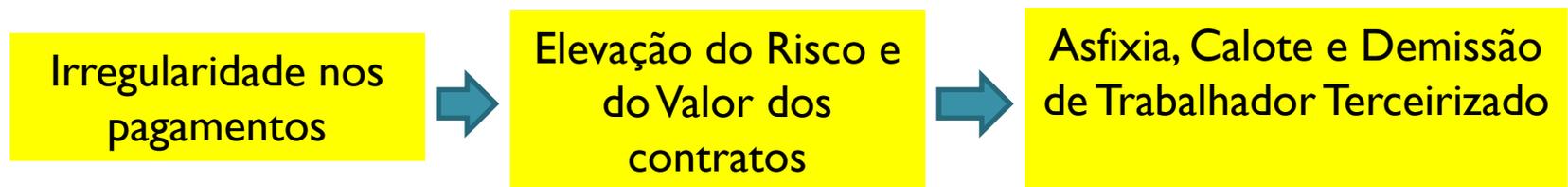
“..., a crise financeira em que a Uerj está mergulhada apresenta-se umbilicalmente relacionada à implementação do Caixa Único do Tesouro” (Lodi Ribeiro, R., Conjur, 2017)

A partir de 2000, o estado do Rio de Janeiro passou a concentrar a gestão financeira dos recursos das entidades da administração direta e indireta.

A partir de 2014, todas as fontes de receitas, inclusive aquelas geradas pela própria instituição, são incorporadas a Conta Única do Tesouro.

O Governo escolhe o que, quando e como pagar

Neste novo regime, o órgão central de gestão financeira do estado emite uma ordem bancária para a instituição financeira, que, de acordo com a disponibilidade de caixa, transfere os recursos para o credor.



Precarização do Trabalho, Paralisação do Serviço e da Suspensão do Funcionamento da Entidade

Duodécimos com vinculação

UEPB

Duodécimo com base na receita ordinária mensal

ano	Orçamento executado uepb	Receita Ordinária	% da Receita Ordinária	Previsão de Duodécimo com 5,21%	Juros ,encargos e amortização divida
2009	168.647.078,59	3.237.932.618,71	5,21	168.858.186,07	
2010 **	180.323.000,00 **	3.688.002.779,52	4,89	192.329.344,95	299.660.066,07
2011	211.498.994,15	4.679.962.137,76	4,52	244.060.025,48	317.407.381,66
2012 **	230.769.262,00 **	5.219.172.349,49	4,42	272.179.838,03	342.954.719,74
2013*	237.650.800,07	5.721.794.252,00	4,15	298.391.570,24	373.503.070,41
2014 **	277.499.856,72 **	6.297.014.071,48	4,41	328.389.283,83	327.939.969,91
2015*	293.116.906,07	7.143.724.865,88	4,10	372.545.251,76	462,089.364,72
2016*	307.419.053,20 **	7.600.176.250,00	4,04	346.349.191,44	523.922.364,09

USP, Unesp e Unicamp

9,57% ICMS-QPE dividido em 12 parcelas mensais

Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações.

Duodécimos sem vinculação

Um valor fixo para o orçamento anual subdividido em 12 parcelas iguais.

A Universidade assume o pagamento de Salário, Tributos e Credores

A Universidade assina o cheque

Risco: O valor fixado não ser suficiente para garantir a Autonomia Administrativa, isto é, garantir no exercício:

Promoções, Progressões, Entradas no Regime de DE, Periculosidade, Entrada de Novos Servidores, etc.

Desafio: Garantir Suplementação nestes casos e uma Divisão de Planeamento eficiente e atualizada. Conselho Universitário atento ao crescimento histórico da folha e da evolução das suas carreiras.

O que podemos Fazer?

Nossas lutas sempre envolveram a defesa do Trabalhador no seu viés financeiro, acadêmico e de condições de trabalho e a defesa por uma Universidade Pública, Gratuita, Laica, Socialmente e Academicamente Referenciada, mas na conjuntura atual estamos preocupados com a existência da própria instituição.

“Lei da Isonomia” - Regularização do pagamento dos salários e bolsas de servidores, estudantes e terceirizados;

AUTONOMIA FINANCEIRA

“Lei dos Duodécimos” – Estabelecimento de uma política de financiamento público que garanta plenamente suas atividades.

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

Destramento das progressões, promoções, concursos e das posses dos docentes aprovados nos concursos;

“Lei da DE” - Apostilamento na aposentadoria e incorporação no vencimento-base do Adicional de Dedicção Exclusiva;

AUTONOMIA ACADÊMICA

“Lei Escola Sem Partido” – Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores por todo país estão propondo suas versões desta aberração. Fiquem atentos para barrar qualquer iniciativa neste sentido.

Lutem para zerar o déficit estrutural dos seus cursos de Graduação. Vejam o que está acontecendo na saúde

A produção de conhecimento direcionado ao mercado

“(..) o principal problema dessa proposta refere-se à indução de concepções utilitaristas e instrumentais quanto à produção do conhecimento científico. Produziríamos o que é mais rentável e essa entrada ostensiva da cultura empresarial na universidade, orientada para o mercado e o lucro, progressivamente, lhe custaria a perda da autonomia.”



Considerações Finais

“Como lugar de pesquisa, de produção de conhecimento, a universidade é, ao mesmo tempo, espaço de socialização do saber, na medida em que divulga e socializa o saber nela e por ela produzido. Visto sob essa ótica, a autonomia universitária não é um fim em si mesma, mas condição necessária para a concretização dos fins da universidade. É uma exigência que se apóia no próprio ser dessa instituição não uma dádiva, mas uma utopia a ser conquistada”
Maria de Lourdes Fávero (PROEDES/Ufrj)

Muito Obrigado por todo apoio a nossa Uerj,
estamos juntos nesta batalha

<http://www.asduerj.org.br/>

<http://www.uerjresiste.com/>

Como é planejado o orçamento?

Um breve histórico

- **Até 1964** - *Técnica “Clássica”*: o orçamento se limitava a prever a receita do ano e autorizar genericamente as despesas. Não havia planejamento do futuro e os recursos das diversas unidades orçamentárias eram fixados com base nos gastos realizados no ano anterior;
- **Lei 4.320 de 1964** - “*Orçamento de Desempenho*”: a Lei orçamentária passa a discriminar as despesas, informando o que será feito com os recursos arrecadados e distribuídos;
- **Decreto-Lei 200, em 1967** - *Plano Plurianual*: O orçamento se transforma, pelo menos em tese, no instrumento de operacionalização das ações de governo, tendo como base o planejamento antes realizado;
- **CF88**: estabelece a formulação de três leis, constituindo-se em marcos jurídicos do planejamento do Estado Brasileiro, de natureza constitucional:
 - Plano Plurianual (PPA);
 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
 - Lei do Orçamento Anual (LOA).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UERJ (2016)

Unidade Gestora	UO	Fonte	Programa de Trabalho	Grupo Despesa	Despesa					Restos a Pagar		
					Dotação Inicial	Autorizada	Empenhadas	Liquidadas	Pagas			
40430 - Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro	100 - Tesouro	0467 - Despesas Obrigatórias de caráter Primário - (sentença judicial, PIS/PASEP, INSS)	2010 - Prestação de Serviços entre Órgãos Estaduais/ Aquis Combustível e Lubrificantes - (Descentralização SEPLAG LOGÍSTICA para pagamento de combustíveis, no valor de 39.742,67 e despesas com imprensa oficial)	Custeio	9.982.844	10.982.567	0	10.982.567	10.982.567	2.021.658	8.960.909	
				Pessoal	10.000	0	0	0	0	0		
				Custeio	900.000	532.924	532.924	532.924	1.025	531.899		
				2016 - Manut Ativid Operacionais / Administrativas - (vigilância, limpeza, contratos de terceirização, insumos, sides, ...)	Custeio	54.999.000	39.843.299	39.843.299	39.843.299	15.583.965	24.259.334	
				Inversão financeira	1.000	0	0	0	0	0		
				2267 - Incentivo à Permanência Discente - (Rief Ceteira - Novembro e Cotista/Ceteira - Dezembro)	Custeio	0	4.111.751	4.111.751	4.111.751	0	4.111.751	
				2268 - Apoio à Formação do Estudante - UERJ - (contratos de pessoas física, diárias, passagens, Qualitec, ajuda de custo e trabalho de campo)	Investimento	100.000	0	0	0	0	0	
				2680 - Pessoal e Encargos Sociais - (vencimentos, encargos e auxílios)	Custeio	4.023.822	638.395	638.395	638.395	638.395	0	
				3106 - Ampliação e Reequipamento da UERJ	Custeio	36.410.670	36.564.989	36.564.989	36.564.989	27.610.250	8.954.739	
				3409 - Recuperação e Modernização do Hospital Universitário Pedro Ernesto	Pessoal	643.803.959	633.755.097	633.755.097	633.755.097	491.478.948	142.276.149	
				3481 - Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão	Previdência	115.788.146	120.896.445	120.896.445	120.896.445	86.752.469	34.143.976	
				4134 - Desenvolvimento Técnico e Científico - (Devolução saldo convênio - Petróleo Brasileiro S/A)	Custeio	30.000	0	0	0	0	0	
				5353 - Interiorização da UERJ	Investimento	70.000	624.570	624.570	624.570	0	624.570	
				7985 - Implantação de Campus Avançado em Quamados	Custeio	20.000	0	0	0	0	0	
				8021 - Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública - (Descentralização SEFAZ - R\$ 14.886.485,69, para pagamento de concessionárias).	Investimento	80.000	950.000	950.000	950.000	0	950.000	
					Custeio	50.000	0	0	0	0	0	
					Investimento	50.000	0	0	0	0	0	
					Custeio	656.943	86.075	86.075	86.075	0	86.075	
					Investimento	2.101.486	0	0	0	0	0	
					Custeio	50.000	0	0	0	0	0	
					Inversão financeira	10.000	0	0	0	0	0	
					Investimento	40.000	0	0	0	0	0	
					Custeio	50.000	0	0	0	0	0	
					Inversão financeira	9.999	0	0	0	0	0	
					Investimento	40.000	0	0	0	0	0	
					Custeio	10.000.000	14.963.685	14.963.685	14.963.685	0	14.963.685	
					Investimento	878.877.869	863.949.795	863.949.795	863.949.795	624.086.710	239.863.086	
					100 - Tesouro Total							
				101 - Tesouro	8377 - FORMAÇÃO DE QUOTISTAS NOS CURSOS PREVISTOS NA LEI Nº 6.914/2014	Custeio	1.145.311	0	0	0	0	0
					101 - Tesouro Total		1.145.311	0	0	0	0	0
				122 - Adicional do ICMS - FECP	2016 - Manut Ativid Operacionais / Administrativas - (vigilância, limpeza, contratos de terceirização, insumos, sides, ...)	Custeio	22.500.000	0	0	0	0	0
					2207 - Apoio à Residência na UERJ - (Residência Jurídica e Médica)	Custeio	140.149	140.149	0	0	0	0
					2267 - Incentivo à Permanência Discente - (Cotista/Ceteira)	Custeio	31.000.000	39.457.223	39.457.223	39.457.223	36.074.880	3.382.343
	2268 - Apoio à Formação do Estudante - UERJ - (contratos de pessoas física, diárias, passagens, Qualitec, ajuda de custo e trabalho de campo)	Custeio	18.750.000	10.319.093	10.319.093	10.319.093	8.636.644	1.682.450				
	8021 - Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública - (Descentralização SEFAZ - R\$ R\$ 486.878,77, para pagamento de concessionárias. Não está disponível Para a DIPLAN o valor realmente pago)	Custeio	0	486.877	486.877	486.877	0	486.877				
	122 - Adicional do ICMS - FECP Total		72.390.149	50.403.342	50.263.193	50.263.191	44.711.524	5.551.669				
230 - Recursos Próprios	0467 - Despesas Obrigatórias de caráter Primário - (INSS, despesas bancárias e ITC)	Custeio	6.184.730	2.979.880	2.979.870	2.938.733	2.680.030	252.703				
	2010 - Prestação de Serviços entre Órgãos Estaduais/ Aquis Combustível e Lubrificantes - (DOERJ)	Custeio	5.000	3.400	2.600	2.410	930	1.479				
	2258 - Integração UERJ/Sociedade - (Insumos, terceirização, SIDES, diárias, passagens,...)	Custeio	41.311.040	29.135.738	28.933.045	28.682.308	27.906.913	775.395				
	8021 - Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública - (Correios)	Investimento	5.221.700	1.904.636	1.758.756	1.739.111	1.213.838	523.294				
	230 - Recursos Próprios Total		52.727.470	34.025.354	31.675.971	31.364.139	31.809.232	1.554.907				
212 - Convênios	0467 - Despesas Obrigatórias de caráter Primário (INSS)	Custeio	513.235	336.000	335.426	335.426	312.275	23.150				
	4134 - Desenvolvimento Técnico e Científico (Diária, Passagens, insumos, terceirização, ajuda de custo, bolsas, sides, ...)	Custeio	22.743.099	16.565.550	15.700.752	15.156.180	14.761.002	395.178				
	212 - Convênios Total		20.710.250	7.683.387	7.275.603	6.220.858	4.288.139	4.656.468				
	40430 - Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro Total		1.049.107.383	972.963.428	971.200.739	969.289.590	717.663.461	251.626.129				
40410 - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro	100 - Tesouro	2153 - Fomento para Estudos e Pesquisas da UERJ (PROCIÊNCIA, PROATEC e PESQUISADOR VISITANTE)	Custeio	28.000.000	30.647.285	30.647.285	30.647.285	22.964.740	7.682.545			
	100 - Tesouro Total		28.000.000	30.647.285	30.647.285	30.647.285	22.964.740	7.682.545				
	40410 - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro Total		28.000.000	30.647.285	30.647.285	30.647.285	22.964.740	7.682.545				

PLANO PLURIANUAL (PPA)

Objetivo: *Declaração e a transparência das políticas públicas que serão implantadas, permitindo à população, que elegeu um determinado governo, a análise de um documento demonstrativo de uma visão de futuro. O PPA é o instrumento que visa atender a um **PLANEJAMENTO** de **QUATRO ANOS** à frente do exercício em que está sendo elaborado.*

A LDO e a LOA se baseia no PPA. Somente são elencadas no PPA as despesas finalísticas e as despesas com projetos. **Não** são computados no PPA as **despesas com pessoal e custeio**.

Ações Finalísticas: são nelas alocados os recursos para investimentos, visando tornar possível a continuação das atividades da tríplice missão: ensino, pesquisa e extensão. No caso da UERJ, por exemplo, os pagamentos aos residentes, bolsistas etc. estão contidos nesta rubrica.

Projetos: são ações específicas, limitadas no tempo com datas previstas para seu início e final e cronograma de realização para seu acompanhamento. A realização de uma obra de grande vulto para uma unidade acadêmica ou mesmo a criação de um novo polo educacional ou de pesquisa.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é condição sine qua non para a elaboração da Lei Orçamentária Anual, informando os limites e estipulando condições para a arrecadação de receita e realização de despesas.

Assim, a LDO faz a conexão entre planejamento de quatro anos (representado pelo PPA) e as ações necessárias para seu sucesso, impondo diretrizes de execução e prioridades.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

A LOA traz em seus anexos a distribuição dos recursos orçamentários para o exercício financeiro que compreende a lei, demonstrando a forma com que o governo pretende utilizar os recursos previstos para arrecadar. Ela é AUTORIZATIVA, mas NÃO é IMPOSITIVA.

A partir da LOA e dos Portais de Transparência qualquer cidadão verifique como o governo está utilizando os recursos previstos na lei, acompanhando a aplicação desses recursos e solicitando informações sobre a forma como as despesas estão acontecendo.

ALGUMAS DEFINIÇÕES

Empenhamento: “o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento.”

Na prática, os recursos do Tesouro são separados para a despesa dentro do saldo orçamentário disponível na LOA.

Liquidação: declarar formalmente na nota fiscal ou outro documento de entrega do bem ou serviço que o item foi entregue conforme os detalhes solicitados.

Efetuar a liquidação é chamado de “atesta” ou “atestação”

Pagamento: Liquidada a despesa, o valor devido ao credor é preparado para ser pago. É emitida a “Programação de Desembolso” (PD) para aquele credor, que receberá o valor por meio de depósito bancário.

O pagamento somente poderá ser efetuado após a liquidação da despesa.